

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.634 - SP (2019/0366987-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : A.M. COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : FÁBIO LUÍS SÁ DE OLIVEIRA - SP130933
DÉBORA ROMANO - SP098602
AGRAVADO : GILVAN OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADOS : GISELE REGINA BERNARDO - SP348218
JOSE MARTINS BARBOSA FILHO - SP344778
ORLANDO DUTRA DE OLIVEIRA - SP351274

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Processual civil gratuidade de justiça. Benesse concedida na origem. Impugnação apresentada no recurso de apelação presunção de pobreza não elidida. Preliminar rechaçada.

Apelações cíveis. Ação indenizatória por danos materiais e morais. Colisão traseira - culpa do motorista locatário do veículo de propriedade da suplicada. Moldura confirmada pelo acervo cognitivo ameahado. Súmula n. 492 do e. STF. Danos materiais alicerçados em documentos hígidos. Prejuízo moral caracterizado - redução do montante indenizatório fixado. Honorários contratuais devidos exclusivamente pela parte contratante. Verba honorária sucumbencial adequação do volume ao grau de decaimento dos litigantes. Sentença reformada. Recursos parcialmente providos.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 242 - 247, e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alega a agravante, em suma, divergência jurisprudencial e violação aos artigos 944, do Código Civil; 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta a nulidade do acórdão por deficiência de fundamentação quanto à tese de ilegitimidade passiva, por ter se pautado exclusivamente em Súmula, sem a identificação dos motivos determinantes.

Defende não ser devida a condenação em danos morais *in re ipsa*, cujo valor foi fixado na origem à ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em decorrência de

acidente de veículo automotor.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 268 - 278), pugnando o não provimento do recurso.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 279 - 282, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Inicialmente, quanto à alegada violação do artigo 1.022 do CPC de 2015, cumpre ressaltar que os embargos de declaração, ainda que opostos para prequestionamento, são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como para sanar erro material, vícios inexistentes na espécie.

Observe que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia. Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito. Nesse sentido: Edcl no AgRg no Ag nº 492.969/RS, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJ de 14.2.2007; AgRg no Ag nº 776.179/SP, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 12.2.2007; e REsp 523.659/MG, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 7.2.2007.

No ponto, ao oposto do que pretende fazer crer a parte agravante, a tese de ilegitimidade passiva foi fundamentadamente afastada pela Corte local, com argumentação suficiente para a aplicação da Súmula 492/STF, à hipótese, conforme se depreende do trecho do acórdão abaixo reproduzido (e-STJ, fl. 234):

O acervo cognitivo amalhado integrado por boletim de ocorrência (fls. 29/34), orçamentos (fls. 35/39), notificação extrajudicial (fls. 42/48), apólice (fls. 56/62), cotação do seguro antes e depois do

sinistro (fls. 63/68), locação do veículo taxi da suplicada com termo de responsabilidade (fls. 97/99 e 102/103), comprovante de pagamento da franquia (fls. 123/125), certificado de seguro (fls. 126/129) e testemunho (fls. 156/158) informa, com segurança, a dinâmica do acidente; inconteste a colisão traseira provocada pelo condutor do taxi, veículo de propriedade da suplicada, emergindo, disso, sua legitimidade passiva, nos termos da Súmula nº 492 1 do e. STF.; veja-se, nesse sentido, precedente desta c. Corte:

Quanto ao dano moral, a Corte local, após a análise de fatos e provas, fundamentou sua ocorrência, delimitando sua extensão, destacando ainda, a negativa de solução administrativa ao caso, por parte da agravante, não havendo que se falar em dano moral *in re ipsa*, conforme se verifica do trecho do acórdão abaixo reproduzido (e-STJ, fls. 234 - 235):

Não vinga a irresignação, demais, no referente às indenizações; os danos materiais se encontram lastreados em comprovante de pagamento da franquia (fls. 123/125), bem como na comprovada elevação da cotação do seguro por força do sinistro em discussão (fls. 63/68); o dano moral também saltou evidenciado, eis que o acidente, por suas circunstâncias, fizera desencadear manifesta aflição, mesmo por seu desdobramento - negativa da requerida em solver administrativamente a clarividente obrigação.

Nesse contexto, além de não se verificar a devida impugnação específica ao fundamento consistente na "negativa da requerida em solver administrativamente a clarividente obrigação", circunstância que atrai a aplicação da Súmula 283/STF, verifica-se que a revisão da conclusão adotada na origem, para que se acolha a tese de ausência de dano moral, na hipótese, encontra óbice na Súmula 7/STJ, por demandar necessário reexame de fatos e provas.

A propósito:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ATO ILÍCITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO

FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando a Corte local pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos e suficiente para o julgamento do recurso.
2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).
3. No caso concreto, ao contrário do alegado pelo recorrente, não ficou incontroverso nos autos os fatos constitutivos de seu direito. Em tais condições, o acolhimento da pretensão recursal demandaria nova análise de matéria fática, inviável em recurso especial.
4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1548203 / SP, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, Julgamento, 23/3/2020, DJe 26/3/2020).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora